

Leitura de um espaço urbano: subjetividade e poder das palavras

Maria Cleci Venturini*

Resumo

Este texto tem origem em um trabalho anterior, em que tratamos o discurso urbano como prática discursiva na constituição de um imaginário urbano pela noção rememoração/comemoração de um nome que articula o desejo constitutivo dos sujeitos desse espaço de serem *iguais* ou *semelhantes a*. Nosso objetivo é propor a leitura de um espaço urbano em torno do funcionamento da subjetividade na perspectiva de Pêcheux e do poder das palavras por meio de três materialidades discursivas constitutivas do discurso urbano da cidade de Cruz Alta. Duas discursividades selecionadas agregam imagens e palavras que se repetem e sinalizam para a homogeneidade dos sentidos pelo processo parafrástico, apesar de as condições de produção e de circulação desses textos serem distintas. O terceiro texto recortado sustenta e legitima a leitura dos dois textos selecionados anteriormente e ilustra a rememoração/comemoração da cidade em torno daquele que é, ao mesmo tempo, o objeto do desejo e a causa desse desejo.

Palavras-chave: Rememoração/comemoração. Discurso urbano. Subjetividade. Leitura.

Primeiras palavras...

Nossas reflexões acerca do funcionamento da subjetividade não subjetiva e do poder das palavras na leitura do espaço urbano ancoram-se nos pressupostos teóricos da análise do discurso, de filiação pecheutiana. Os desdobramentos da disciplina originada na França ocorreram no Brasil por meio dos trabalhos de Eni Orlandi, conhecida como aquela que releu Pêcheux, deslocou e transformou a teoria. Em relação à disciplinarização da AD e ao lugar ocupado por Orlandi, Scherer (2008, p. 135) afirma que “a Análise do Discurso Brasileira não é uma ‘cópia e cola’ da AD na/da França; aqui ela se adaptou, criou outro corpo, outros métodos, outros objetos, re-territorializou-se e institucionalizou-se [...]”. A autora sinaliza para os deslocamentos e transformações da AD chamada de “brasileira”.

* Doutora em Estudos Linguísticos (UFSM), professora do departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Guarapuava - PR. Pesquisadora do Laboratório *Corpus* (UFSM).

Data de submissão: novembro de 2009. Data de aceite: dezembro de 2009.

Destacamos, ainda em torno da consolidação da disciplina, a atuação de Courtine, teórico francês presente nos grandes eventos da AD brasileira e um dos responsáveis pelos desdobramentos teóricos da teoria do discurso proposta nas décadas de 1970/1980 até os dias de hoje. Suas pesquisas e publicações contribuíram para a consolidação do campo teórico da AD, na medida em que, de um lado, mantém as bases teóricas e filiações disciplinares propostas por Pêcheux (e seus colaboradores) e, de outro, faz com que essas bases se movimentem por meio de reflexões sempre renovadas em torno do discurso e do fazer discursivo. O pesquisador apropriou-se das noções teóricas advindas de Foucault, deslocando/transformando a teoria do discurso pecheutiana. Esses deslocamentos/transformações sinalizam para a consolidação da análise do discurso como disciplina de entremeio, não no sentido de “estar” entre, mas no de questionar as disciplinas com as quais entra em relação, perguntando, como diz Orlandi em muitos dos seus textos, pelo que elas deixam de lado, buscando, assim, o contraditório.

Neste trabalho propomos a leitura de um espaço urbano e o fazemos pensando a subjetividade na perspectiva da teoria do discurso e/com/por ela o poder das palavras, conforme reflexões de Pêcheux (1997) na estruturação da teoria do discurso. Do lugar de onde olhamos o discurso, dizemos que na ordem do imaginário as palavras “falam sob outras palavras” (STAROINSKI, 1974, p. 11), constituindo realidades por meio de su-

jeitos ilusoriamente origem do seu dizer, tendo em vista a subjetividade constitutiva desses sujeitos, materializada pela ilusão de ser a origem do dizer. Para dar conta desse funcionamento reportamos a Pêcheux (1997, p. 131), segundo o qual “[...] essa teoria não pode, se deseja começar a realizar suas pretensões, dispensar uma teoria (não-subjetivista) da subjetividade”, que se estrutura por meio de três regiões interligadas, designadas por ele como subjetividade, discursividade e descontinuidade das ciências/ideologias. Trata-se, portanto, de uma teoria que tem como centro o sujeito descentrado, clivado e heterogêneo.

Entendemos que o espaço urbano é uma dessas realidades constituídas por meio da articulação das três regiões referidas por Pêcheux, e o lemos/interpretamos/compreendemos pelo viés rememoração/comemoração, enquanto prática discursiva, cujo eixo estruturador é o “imaginário” articulado pelo desejo do sujeito urbano de ser *semelhante ou igual a*. Tratamos, portanto, de um sujeito *desejante*, estruturado pelo efeito de espelhamento, funcionamento pelo qual vê o outro como *objeto do desejo* (o alvo do desejo) e *objeto a* (causa do desejo), na definição dada por Lacan (1985) ao sujeito e às noções que com ela formam rede.

Podemos dizer, então, que, assim como o sujeito não é uno, indivisível, nem origem do dizer (parte do dizer é inacessível a ele, de acordo com Orlandi, 2004), as palavras não o são, considerando que apontam para o diferente

(polissemia) e raramente para o mesmo (paráfrase). Essas considerações ancoram e autorizam nossas reflexões acerca do funcionamento da subjetividade na perspectiva materialista e do poder das palavras na leitura e constituição de um imaginário urbano.

Para fins de análise delimitamos Cruz Alta e três materialidades discursivas que fazem parte desse discurso: a placa colocada nos limites da cidade e dois textos que circularam nos anos em que o espaço urbano se dedicou a dar visibilidade a Erico Verissimo como o seu “maior contador de histórias”. A cidade de Cruz Alta se representa para dentro e fora de seus limites como a “terra de Erico Verissimo” e, por assim se representar, dá visibilidade a traços que identificam cidade/escritor, constituindo, pelo trabalho da ideologia, evidências de que os dois objetos empíricos podem ser lidos/interpretados/compreendidos um pelo outro. O *objeto do desejo* (aquilo que falta) e *objeto a* (causa do desejo) é, nesse discurso, Erico Verissimo. A consolidação e produção de efeitos de verdade e de legitimação que o sustentam na posição de sujeito idealizado estão a cargo das forças institucionais e realizam-se por meio de procedimentos de “fazer-crer” pelo “fazer-ver”, por meio de um mobiliário social que desenvolve o que De Certeau (1994) designa de “imaginário do ver” e que concebemos como o trabalho da ideologia no discurso, o qual produz efeitos de homogeneidade e de saturação desse discurso.

O imaginário do ver consolida-se em Cruz Alta por um mobiliário urbano (VENTURINI, 2009) que rememora/comemora o escritor, simulando uma identificação plena entre os sujeitos-cidadãos e a formação discursiva da cidade (forma-sujeito), e constitui o discurso *sobre* o escritor no espaço público da cidade. Dentre as materialidades do discurso em tela sublinhamos os enunciados-imagens,¹ os quais, pelo trabalho da memória, fazem retornar discursos que sustentam o discurso *sobre* pelo funcionamento do interdiscurso como pré-construído – o que fala antes em outro lugar (Pêcheux (1997) – e outros procedimentos discursivos instauradores de efeitos de verdade e de saturação. Os *outdoors*, motibeliário social composto por prédios com o seu nome, de suas obras e de suas personagens e as instituições (museu, poder público municipal e Universidade de Cruz Alta) constroem efeitos de presença do escritor na cidade. Por meio da noção *lugar de memória*, cunhada por Nora (1993), dizemos que a Fundação Erico Veríssimo, museu que funciona na casa em que ele nasceu em 1905, representa o lugar institucional que atualiza o discurso *de* e sustenta/autoriza um discurso *sobre*.

Dentre as materialidades descritas destacamos placas colocadas em todos os limites geográficos da cidade (como se pode ver por meio da foto abaixo), nas quais se lê “Cruz Alta: bem-vindos à terra de Erico Verissimo”. Essas funcionam como um componente a mais do “imaginário do ver”, pelas quais se *crê*

porque se vê a delimitação geográfica da “terra de Erico Verissimo”. Essa materialidade (há um texto e a reprodução dele) constitui no discurso da cidade um efeito de pertencimento e, ao mesmo tempo dá visibilidades a traços de identificação entre ele e os sujeitos cidadãos da cidade, que se designa como a “terra de”. Sublinhamos em torno desse texto dois funcionamentos discursivos: primeiro, a determinação da cidade, sua nomeação/designação como um efeito de pertencimento; o segundo diz respeito à delimitação das fronteiras (imaginárias ou não) do espaço urbano, na medida em que pode desencadear nos sujeitos que visitam a cidade e naqueles que passam pelas rodovias que a margeiam o desejo de “ver para crer” quais objetos materiais em torno do escritor estão expostos na cidade e se há nela objetos que o rememoram/comemoram e podem ser adquiridos como recordação da cidade e do escritor. Esse efeito é consequência, num mundo semanticamente normal (PÊCHEUX, 1997), das evidências materiais e discursivas dadas a ver e a crer.



Figura 1 - Placa que se encontra na entrada da cidade de Cruz Alta. (2004)

Podemos pensar, também, que os sujeitos leem/interpretam/compreendem essa materialidade e refletem acerca das legitimações e ancoragens que autorizam/sustentam a representação desse espaço como a “a terra de Erico Verissimo” e, talvez, motivados por ela, busquem nesse espaço rememorar/comemorar o escritor, vendo-o mais nitidamente. O mobiliário urbano é, nesse funcionamento, um dos procedimentos discursivos de instauração/constituição de um discurso *sobre*, que se sustenta no discurso *de*, enquanto memória articulada pelo museu, que funciona como um *lugar de memória*. Nora (1993) afirma que o *lugar de memória* estrutura-se a partir de dois domínios: o da naturalidade (da ordem da evidência) e o da artificialidade (que permite entendê-lo como construído). No primeiro domínio há o trabalho da ideologia na saturação e simulação de homogeneidade da língua e do discurso, construindo uma simulação de realidades “realidades”. No segundo domínio observa-se o sujeito centrado, consciente do poder/saber, em relação aos sentidos, à subjetividade e ao poder das palavras no discurso. Esse sujeito se constitui pela ilusão de ser a origem do que diz.

Trabalhamos com a noção lugar de memória em seu funcionamento discursivo, dizendo que nesse funcionamento ocorre um ruptura em relação às evidências de homogeneidade, haja vista a concepção de língua pela/na história e a sua constituição pela “falta” e pela “falha”, conforme Pêcheux (1997, p. 231). Em

trabalho anterior (VENTURINI, 2009, p. 71) dissemos que “o *lugar de memória* não é natural, nem artificial; decorre do desejo de ‘fazer memória’, mas também da repetição, o que resulta em efeitos de verdade, dados pela legitimação e sustentação institucional”. Trabalhado por esse viés, o lugar de memória é material, funcional e simbólico; pode ser definido como um depósito de arquivos, cuja função consiste em guardar vestígios históricos de memórias que as instituições urbanas rememoram/comemoram e o fazem movidas por sentimentos que desencadeiam, frequentemente, a celebração, não a crítica, objetivo inicial de Nora ao cunhar essa noção. No entanto, alguns discursos, principalmente os relacionados a catástrofes, acentuam a crítica, o apagamento e a negação e as visibilidades, determinando o que *deve / tem de ser* esquecido, apagado e não repetido em uma formação social.

É importante ressaltar que a constituição desse imaginário urbano não se dá somente pelo mobiliário social, referido anteriormente, uma vez que esse mobiliário faz sentido para os sujeitos-cidadãos que habitam esse espaço (não para todos), para os que visitam a cidade, os leitores de Erico Verissimo, ou aqueles que, eventualmente, transitam pelas rodovias que margeiam a cidade. Entretanto, não significa da mesma forma para aqueles que jamais visitaram/visitarão Cruz Alta, mas leram as obras do escritor e, por isso, talvez leiam/interpretem/compreendam a cidade pela cidade ficcional Santa Fé.

Podemos dizer, então, que o discurso de rememoração/comemoração constitutivo desse imaginário ocorre também pelos discursos que retornam, sustentam e ancoram toda a possibilidade do dizer ou de ler/interpretar/compreender o funcionamento discursivo do espaço urbano. Destacamos, nesse segundo funcionamento do discurso *de*, as obras do escritor (especialmente o texto memorialístico *Solo de Clarineta* e a trilogia “O Tempo e o Vento”), que fazem trabalhar espaços de memória instauradores de redes de sentido, os quais corroboram para a tessitura e para a leitura do discurso urbano.

As suas obras funcionam como um discurso fundador, que irrompe no eixo da formulação e legitima os dizeres constitutivos do discurso urbano em torno da designação que a estrutura como “terra de Erico Verissimo”. Em relação ao discurso fundador, Orlandi (1990) destaca que há sempre um discurso que atua como fundador. A primeira menção a esse funcionamento aparece na AAD69, quando Pêcheux (1997b) afirma que um discurso encaminha a outro, com o qual mantém relações de sentido, remetendo direta ou indiretamente a ele. A obra *Solo de Clarineta I* tem o efeito de sentido de um discurso fundante em relação ao discurso urbano de Cruz Alta, pois no texto desenrolam-se as memórias do escritor, indo da infância à idade adulta, mas se singulariza por priorizar a sua infância e juventude, pois nessas duas etapas sua presença na cidade foi mais efetiva e constante.

A leitura desse texto permite interpretar que Erico Verissimo descreve/representa a cidade e os sujeitos-cruz-altenses e, em relação a um tempo tridimensional que abrange não só o passado, mas também o presente e, num certo sentido, o futuro, tendo em vista que o imaginário urbano da cidade constitui-se no entre-meu de “uma Cruz Alta fora do tempo e do espaço”, descrita/representada em *Solo de Clarineta I*, e a cidade que pode ser visitada hoje, considerando-se que muito da ficção constitui o imaginário urbano da Cruz Alta hoje.

Nessa descrição/representação da cidade o escritor seleciona pessoas amigas, entre as quais a professora de matemática (Margarida Pardelhas), lugares (ruas, praças, clubes e, especialmente, as duas farmácias: a do pai e depois a dele), histórias e lendas (a da Panelinha, a invasão do clube comercial, por exemplo); rememora/comemora a família Verissimo e os costumes da cidade, desenhando, dessa forma, a cidade imaginária. Da perspectiva discursiva lemos/interpretamos/compreendemos a cidade como um texto, pois a sua textualidade comporta não somente o que se materializa nele, mas também o que ninguém diz, mas significa nela e nos sujeitos/cidadãos, assujeitados a uma FD estruturada pelo efeito de espelhamento, considerando que sujeito do espaço urbano analisado se significa no/pelo outro.

As discursividades constitutivas do imaginário da cidade autorizam e legitimam a designação/nomeação de Cruz

Alta como “terra de Erico Verissimo”, e mais, ajudam a sustentar uma ordem do discurso segundo a qual o escritor se inspirou na terra natal para estruturar a cidade ficcional Santa Fé e, também, que muitos dos personagens de suas obras, na perspectiva dos sujeitos-cidadãos cruz-altenses, “retratam/representam” pessoas que viveram na cidade, especialmente os caricatos e os que se destacaram na ordem do político. Erico Verissimo (1995), sujeito da enunciação, e desse lugar o responsável pelo conteúdo do dizer, afirma, no mesmo texto, que Santa Fé não é a cópia carbono de Cruz Alta, assim como a família Terra-Cambará não é a família Verissimo. No entanto, no ano do centenário do escritor, em 2005, as comemorações giraram em torno da consolidação e reforço desses traços de identificação entre a cidade e o escritor.

A subjetividade e poder das palavras na leitura/ interpretação de um espaço urbano

Em relação à subjetividade e ao poder das palavras na leitura de um espaço urbano, tema deste artigo, é possível sustentar, na perspectiva discursiva, que as palavras não possuem poder nelas mesmas e que a subjetividade trabalhada é aquela que Pêcheux (1997, p. 133) define como sendo

[...] uma teoria não-subjetivista da subjetividade, que designa os processos de “imposição/dissimulação” que constituem o sujeito, “situando-o” (significando o *que ele é*) e, ao mesmo tempo dissimulando para ele essa “situação” (esse assujeitamento) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito de modo que o sujeito “funcione por si mesmo” [...].

O sujeito constituído pela ilusão subjetiva de ser a fonte do dizer esquece que o sentido das palavras sedimenta-se/desliza/rompe-se em razão da sua inscrição em redes de sentidos e domínios de memória. Os discursos que retornam sinalizam para a falta e para a falha e adquirem sentido a partir de *lugares de memória*, que atualizam e legitimam o dizer. Em relação às palavras, Pêcheux (1997, p. 160) destaca que “o sentido de uma palavra não existe em si mesmo [...] é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é reproduzidas)” pela inscrição em formações discursivas, a partir das quais o sentido se estabelece, mas não é perene e nem sempre o mesmo.

Orlandi (2002, 36), que relê e estabelece em Pêcheux o seu “outro”, enfoca a questão do sentido das palavras pelos processos parafrásticos e polissêmicos, o mesmo e o diferente. Nessa perspectiva, afirma que “em todo dizer há algo que se mantém, isto é o dizível, a memória”, que tomamos como o discurso *de*, pelo qual os sujeitos filiam seu dizer a determinadas FDs e falam com “palavras já-ditas” constitutivas de redes parafrásticas, as

quais podem tanto cristalizar sentidos como fazer intervir o diferente, instaurando o novo pelo processo polissêmico. Em Venturini (2009) definimos a rememoração como o lugar do já-dito (eixo vertical, das seleções), em que o sujeito do discurso é o do desejo, constituindo-se pelo efeito de espelhamento.

A rememoração estrutura-se no eixo da verticalidade, da memória, e nela os sentidos são da ordem do estabilizado, das repetições constitutivas de redes e sítios significantes, nos quais predominam os processos parafrásticos. Isso, entretanto, não significa conceber os sentidos engessados pela homogeneidade sob o mesmo, pois a memória, segundo Pêcheux (1999, p. 53), “esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase”, o que significa dizer que esse processo não é linear, nem regular; apesar das repetições, estrutura-se pela memória.

Pêcheux, na mesma obra, ao tratar da memória, referenda o dizer de Marandin, para o qual “sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva [...]”. Esse funcionamento sinaliza para o que dissemos anteriormente, ou seja, as palavras não têm sentido por/nelas mesmas. Assim, também não exercem/possuem poder nelas mesmas. Para significar e ter algum “poder” dependem da memória, a qual, ainda de acordo com Pêcheux (1999, p. 56), “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções,

de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” e da inscrição dos sujeitos a formações discursivas, que instauram os sentidos polissêmicos, a ruptura com o mesmo, o deslizamento de sentidos.

Ao dizer que as palavras “falam sob as palavras” irrompe em nosso discurso a obra de Starobinski – *Palavras sob palavras*. Além disso, rememoramos Saussure, seus anagramas e a contradição, que atualiza o dizer. Por meio dessas mesmas expressões sintagmatiza-se no eixo da formulação do nosso discurso o discurso de Pêcheux e Gadet, precisamente um dos capítulos do texto *Língua inatingível*, publicado no Brasil em 2004, em que questionam a existência de dois Saussures: um que vê a língua como sistema de regras, fechado em si mesmo, e outro habitado pela exterioridade. Este segundo Saussure comporta pelos anagramas, segundo Pêcheux e Gadet (2004, p. 55), “a obscura loucura da decodificação, das associações escondidas nos versos saturninos”, e por esses mecanismos comporta também o deslizamento, o equívoco. Pelos anagramas e neles/com eles irrompe a exterioridade, os não-ditos, que significam pela ausência/presença, enquanto interdiscurso. Destacamos, assim, o funcionamento de um discurso *de* (rememoração), como memória que sustenta todo o dizer, atualiza os sentidos e nos possibilita dizer/ou não dizer. Com isso, ilustramos o poder das palavras e a sua submissão à memória e

aos espaços de memória que trabalham no discurso sob/nas palavras.

O discurso *sobre* – a comemoração – corresponde ao eixo sintagmático (horizontal, das seleções), cuja estruturação ocorre pelo discurso *de*, enquanto memória, e o seu retorno ocorre pelos *lugares de memória* e pelo *discurso fundador*. Corresponde à linearização do dizer, e o sujeito da enunciação é muitas vezes o porta-voz de uma formação social e representa “um nós em construção”. (PÊCHEUX, 1990). Em outro texto (VENTURINI, 2009) dizemos que o sujeito no processo de rememoração é da ordem do mais inconsciente, pois se constitui pela “ilusão de ser a origem do que diz”, esquecendo-se das determinações sócio-históricas e do atravessamento pelo inconsciente. Alicerçamos nosso dizer nos textos de Pêcheux em relação à subjetividade. A comemoração – discurso *sobre* – comporta a tensão entre o já-dito e o dito no eixo da formulação, no qual os dizeres se reinscrevem pelo interdiscurso, possibilitando pelo efeito de memória novos sentidos para as palavras, sinalizando para a heterogeneidade, a não transparência.

O funcionamento da rememoração – discurso *de* – e da comemoração – discurso *sobre* – como rememoração-comemoração ocorre pelo viés da memória discursiva, a qual, de acordo com Pêcheux (1999, p. 52), é a “condição do legível no próprio legível”. Os enunciados que a constituem fazem sentido no intradiscurso porque comportam os já-ditos e significados pelos efeitos do pré-construído, enquanto

memória constitutiva de uma formação social. Justificamos esse funcionamento a partir do interdiscurso no intradiscurso, “no qual a memória (rememoração) se encontra com a atualidade (comemoração) como um efeito do interdiscurso sobre si mesmo”. (VENTURINI, 2009, p. 83).

Nesse mesmo trabalho, dizemos que a rememoração/comemoração funciona em redes sociais e caracteriza-se pela demanda em situar o seu objeto nas formações sociais, institucionalizando o discurso a partir de sujeitos. Justificamos nosso posicionamento dizendo que as sociedades, ao longo de sua história, elaboraram “um sistema articulado de ideias e imagens, de representações coletivas”. Essas representações constituem redes de identificação, que se articulam por meio de um imaginário social, incluindo a visão do passado como ideal, em cuja esteira se materializa um discurso centralizado em personagens idealizadas, criadas a partir da rememoração (recordação) e da comemoração (celebração). Os valores do objeto de rememoração/comemoração priorizam os valores da formação social; assim, também o poder das palavras resulta da inscrição delas em formações discursivas dominantes.

No que se refere aos procedimentos de sintagmatização da memória no eixo da formulação, é preciso reportar-se ao interdiscurso e às formações discursivas, as quais exercem a função própria de um lugar, na medida em que, nas palavras de Silveira (2004, p. 42), “todos os sentidos estão lá, mas só vão significar

quando convocados por uma determinada formação discursiva”. Há dois procedimentos que recobrem o interdiscurso no eixo da formulação: o do pré-construído e o intradiscurso. A primeira noção foi cunhada por Henry (1992) e designa uma construção anterior e exterior ao sujeito da enunciação, que não se liga a um sujeito enunciador identificável, nem ao que está além dele. Dois processos materializam o pré-construído no eixo da formulação: a articulação e o discurso transversal.

O primeiro, articulação é o processo de nominalização e de encaixamento, “algo que fala antes” e irrompe no intradiscurso sob a forma de explicativas, incisivas e outros processos sintáticos. O processo de articulação recobre a estrutura horizontal do discurso e a linearização dos saberes no intradiscurso. O segundo, processo discurso transversal (sustentação), é descrito por Pêcheux (1997, p. 167) como um procedimento que “[...] atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso, enquanto pré-construído, que fornece por assim dizer a matéria prima na qual o sujeito constitui-se como sujeito falante, com a formação discursiva que o assujeita”.

A diferença entre articulação e discurso transversal no funcionamento do interdiscurso no eixo da formulação está na sintagmatização, pois no processo de articulação há no eixo da formulação a linearização do enunciado que faz irromper um discurso anterior, porém no discurso transversal não ocorre essa

linearização. Pode-se dizer, então, que o discurso transversal é o efeito de memória pelo qual ressoam no eixo da formulação saberes desde o interdiscurso, que permanecem deslinearizados e dependentes da inscrição dos sujeitos a saberes próprios dos lugares que sustentam a FD dominante. O poder das palavras e o sentido delas, tendo em vista o funcionamento do interdiscurso, depende da filiação dos sujeitos do discurso à FD, pois no interdiscurso ressoa, de acordo com Courtine (1999), “uma voz sem nome”.

Como intradiscurso, o interdiscurso é um efeito sobre si mesmo. Segundo Pêcheux (1997, p. 167), “uma interioridade inteiramente determinada como tal do exterior”. Nesse funcionamento, a memória e a atualidade – rememoração/comemoração – simulam o sujeito como centro do dizer pela sua identificação com a FD que o determina e representa no eixo da formulação as formações ideológicas constitutivas dela. As formações ideológicas materializam-se pela língua e significam pelas condições de produção, ou seja, pelas relações sócio-históricas das materialidades textuais. Com isso, encaminhamos para a terceira parte que comporta as reflexões em torno de dois textos, que retomam um mesmo discurso fundador, linearizam as mesmas palavras, mas circularam em suportes e tempos diferentes, mobilizando, por isso, espaços de memórias que atuam na mudança do sentido e no poder das palavras.

Imaginário urbano, subjetividade e o sentido das palavras

Nosso objetivo diante dos dois exemplares do discurso é refletir acerca da subjetividade não subjetiva e do poder das palavras na constituição do sentido em cada um dos textos, identificando os procedimentos discursivos de sua constituição, bem como os mecanismos linguísticos, pelos quais se pode observar que, apesar de nos textos as palavras serem as mesmas, instauram-se efeitos de sentidos outros.

Para dar conta desse objetivo selecionamos dois textos: um que circulou em 2005, no vidro traseiro de um ônibus de transportes urbanos de Cruz Alta² (a Empresa Fátima), no ano do centenário do escritor Erico Veríssimo, designado em Cruz Alta como “filho desta terra”; outro, um *outdoor* colocado no portal da Prefeitura Municipal da cidade em 2006, um ano após as comemorações do centenário do escritor. O terceiro texto, referido anteriormente, é a placa onde se lê “Cruz Alta: bem vindos à terra de Erico Veríssimo”, analisado anteriormente, tendo em vista o seu funcionamento como um discurso que autoriza e legitima os dois textos abordados nessa terceira parte.

As condições de produção das duas materialidades são distintas, apesar de o objeto rememorado/comemorado ser o mesmo e de as palavras que os constituem fazerem ressoar no intradiscurso,

pelo efeito de pré-construído e pelo efeito do discurso transversal, o escritor, em razão da obra e dos valores constitutivos da formação social, construindo evidências de uma leitura possível, qual seja, Cruz Alta e Erico Verissimo recobrem-se, de forma que um pode ser lido/interpretado/compreendido pelo outro. Essa leitura se torna possível pelo trabalho da ideologia na língua, que sinaliza para a subjetividade não subjetiva desenvolvida por Pêcheux (1997, 2002) e tantas vezes retomada/relida por Orlandi, Indurski, Zoppi-Fontana, entre outros analistas de discurso brasileiros.

Salientamos, em relação às condições de produção, que um ano antes da comemoração do centenário do escritor (2004) houve uma ruptura no cenário político-administrativo da cidade, instaurando a ruptura na estabilidade e nos sentidos do discurso urbano que autorizava/legitimava a representação/identificação de Cruz Alta como a *terra de*. Entendemos essa ruptura como um acontecimento discursivo que instaura o novo, direcionando a leitura do espaço urbano. Erico Verissimo, em suas memórias, por meio do sujeito-narrador sentencia: “Cruz Alta sempre foi um burgo republicano”, e isso significava nas condições de produção desse discurso ser de direita, estar ao lado do poder.

O acontecimento discursivo destacado mais acima ocorreu em 2004, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) venceu o pleito municipal, assumindo a Prefeitura em 2005. Era a primeira vez na história da cidade que a esquerda vencia as elei-

ções municipais e assumia o poder. Isso já demonstra que “a terra de Erico Verissimo” não é mais a mesma, nem o “filho desta terra” rememorado/comemorado é mais o mesmo. Houve uma ruptura e, em razão dela, o deslizamento de sentidos, que possibilita outras e muitas outras leituras.

Outra transformação importante, ocorrida também em 2004, um ano antes da comemoração do centenário de seu nascimento, diz respeito ao museu, que funciona na leitura que realizamos como *lugar de memória* porque atualiza/regionaliza/dirige os sentidos em torno da memória do escritor. Com a morte de Mafalda Verissimo, Luis Fernando Verissimo³ concedeu à Fundação Universidade de Cruz Alta os direitos em relação a essa memória. Como a universidade é privada, os textos que circularam a partir de então elegeram como interlocutores sujeitos pertencentes às elites da cidade. Isso se pode ler/interpretar/compreender pelas materialidades discursivas divulgadas na época, incluindo como critério para essa leitura a qualidade dos *folders*, os suportes em que circularam e também os espaços de memória que fazem trabalhar.

Erico Verissimo e a família rememorada/comemorada no texto memorialístico representam em Cruz Alta as elites urbanas, sendo, por isso, tomado como um modelo de sucesso. Diante disso, lemos/interpretamos/compreendemos que o texto abaixo materializa/concretiza no eixo da formulação o acontecimento discursivo constituído pela eleição do

PT e pela administração do museu pela Unicruz, uma vez que rompe com o mesmo, com o repetível, e instaura o novo, promovendo uma disjunção na representação imaginária do *objeto do desejo* e também *objeto a* no discurso urbano. A Unicruz divulgava o centenário do escritor por meio de *folders*, *outdoors* e publicações nos jornais *Diário Serrano*, de circulação local, e *Zero Hora*, este de circulação estadual, e também por meio de espetáculos teatrais, apresentados nas cidades vizinhas. Assim, repetia o mesmo, a leitura de Erico Verissimo como o representante das elites, que reforça a ordem institucionalizada, com o imaginário em torno do qual “ser filho desta terra” é ser filho de famílias tradicionais, bem relacionadas, conforme destaca DaMatta (1997) em *a Casa e a rua*.

O material de divulgação proposto pela Unicruz não atingia igualitariamente os sujeitos da formação social, na medida em que nem todos os sujeitos-cidadãos que vivem na periferia de Cruz Alta tinham acesso a eles e, por essa razão, eram/continuavam excluídos dos ritos de rememoração/comemoração. O texto acima constitui um rompimento com esta ordem. O poder público municipal, em parceria com a empresa de Transportes Urbanos Nossa Senhora de Fátima, colocou em dois de seus ônibus um painel com a imagem de Erico Verissimo e enunciados que remetem, pelo funcionamento do discurso transversal, à obra *O tempo e o vento*.

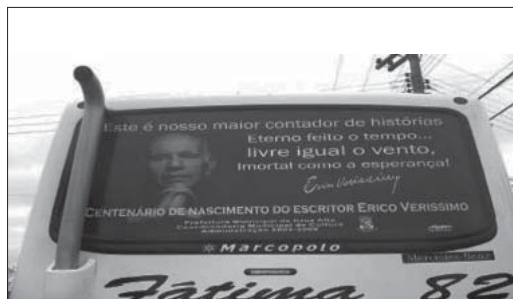


Figura 2 - Ônibus que circulou em Cruz Alta em 2005-2008

O deslocamento a que nos referimos ocorreu na medida em que o sujeito constitutivo do imaginário urbano sai do papel e vai para a periferia da cidade, sinalizando para o deslizamento do sentido e para a memória constituída de furos, à medida que se esburaca, como diz Pêcheux (1999), transformando-se em metáfora. É como se saísse do seu lugar de sujeito inacessível às camadas populares e fosse para as vilas, ocupando o lugar de onde na ordem do imaginário está vendo/sendo visto pelos sujeitos-cidadãos, antes excluídos das rememorações/comemorações do seu centenário.

Vemos, por esse funcionamento, que as palavras, nesse texto, significam em relação ao suporte em que estão escritas nas condições de produção do discurso, bem como a inscrição do sujeito a formações discursivas, sinalizando para a subjetividade não subjetiva, isto é, a ilusão constitutiva do sujeito de ser a origem do dizer”. O enunciado “este é o nosso maior contador de histórias”, por exemplo, tem sentido em relação ao enunciado-imagem simbolizado pelo escritor. Dizemos que é um enunciado porque significa em rela-

ção à memória, que faz ressoar no eixo da formulação os sentidos/representações de Erico Verissimo no espaço urbano. Assim, o olhar, a expressão facial, a posição sujeito que a imagem faz ressoar decorrem da memória, dos espaços de memória de cada um dos enunciados que constituem o enunciado-imagem, o qual pode ser lido/interpretado/compreendido junto às palavras, constituindo um todo de sentido, que, apesar dos deslizamentos, das rupturas, faz ressoar discursos outros, os quais o sustentam/autorizam/legitimam.

A textualidade decorre, portanto, das relações entre enunciados-imagem e palavras inscritas pela/na língua na história. “Este”, como pronome demonstrativo, indica o referente determinado e presente ali, materializado por enunciados-imagem que constituem, enfim, a representação do Erico Verissimo rememorado/comemorado que “parece” olhar a cidade e os sujeitos que a constituem e são por ela constituídos. Há uma simulação e um efeito de espelhamento, na medida em que os sujeitos-cidadãos filiados/inscritos à FD da rememoração/comemoração podem/devem/desejam ver na imagem de Erico Verissimo o outro que os constitui, talvez preenchendo a falha/falta que os constitui.

Podemos dizer ainda que o sintagma nominal “contador de histórias”, nomeando/determinando o escritor, tem sentido e poder de acordo com as condições de produção (em sentido estrito) em relação a um tempo, a sujeitos e aos espaço de inscrição do dizer e, em sen-

tido amplo, de acordo com as condições sócio-históricas desse dizer. Se estiver escrito/filiado a uma obra de crítica literária, pode ter o efeito de sentido de desqualificação, que representa/espelha/designa um escritor com pouco valor literário, o qual, pela forma de sua escrita, aproxima-se excessivamente dos leitores e busca cumplicidade. No entanto, em relação à cidade e porque circula no ano em que a “terra natal” rememora/comemora o centenário de seu nascimento, também porque se relaciona a enunciados-imagem que encaminham para efeitos de sentido de intelectualidade e de idealidade, pode ser lido/interpretado/compreendido como elogio, como pertencimento à formação social e, também, como aproximação/identificação entre o escritor e os sujeitos-cidadãos menos favorecidos. Estes talvez “gostem” de histórias mais simples, as quais, por serem “contadas”, remetem ao popular e fazem irromper no fio do discurso a história da cidade, aproximando-a das cidades fictícias das obras literárias de Erico Verissimo, talvez não o escritor, mas o “filho desta terra”, o “nosso” maior contador de histórias.

As palavras “tempo” e “vento” funcionam como um discurso transversal que se atravessa e faz irromper no eixo da formulação a trilogia *O tempo e o vento*, obra literária que explora a verossimilhança e, por meio da família Terra-Cambará, representa mais de duzentos anos de história do Rio Grande do Sul. A família fictícia pauta-se por valores éticos e morais relacionados à coragem, à

honestidade, à força, à esperança sempre renovada e à luta pela liberdade, muito difundidas como características constitutivas do “homem dos pampas”, o gaúcho. Os espaços de memória que essas palavras fazem funcionar concretizam-se como laços de identificação entre as famílias da ficção e as famílias do espaço urbano, podendo também instaurar no eixo da formulação efeitos de sentido relacionados à religiosidade descrita na Bíblia, especialmente no texto do Eclesiastes, que funciona como epígrafe em *O continente*, primeiro volume da trilogia, ou a relação terra/saga familiar, também presente no discurso religioso.

Com isso, sublinhamos possibilidades de leitura e salientamos que não há uma leitura, mas leituras várias possíveis, mas não infinitas, nem independentes do funcionamento da língua na história e do sujeito marcado pela ilusão subjetiva de ser “a origem do dizer”. Outro sentido possível decorre da imagem no espelho (vidro do ônibus) e do efeito de sentido de popularidade, de valorização da igualdade, ideais defendidos pelos que passam a exercer o poder na cidade: o PT, que se representa pela designação “administração popular”.

A subjetividade e o poder das palavras estão, em igual medida, na inscrição dos sujeitos responsáveis pela enunciação (nos termos de Pêcheux, 1997) do dizer, imputado a três instituições: o poder público (simbolizado pelo brasão oficial do município e pela inscrição administração 2005-2008), a Secretaria Municipal da Cultura e a empresa de transportes

urbanos. Podemos dizer também que há um quarto sujeito da enunciação nesse texto: trata-se da memória de Erico Verissimo, presente pelo funcionamento por enunciados-imagem materializados pela sua imagem/figura, pela sua assinatura e pela designação “contador de histórias”, referida anteriormente. Contador de história, vale destacar, é recorrente em suas memórias e representa/dá visibilidade ao ofício literário exercido com o objetivo de se aproximar do povo, cujo efeito é de denúncia e visibilidade das realidades sociais, verdadeiras ou da ordem da ficção defendidas pelo locutor/escritor em suas memórias.

Em relação a esse segundo texto é importante destacar, desde logo, as condições de produção, que se constituem da circulação e das condições sócio-históricas e também dos sujeitos que assumem a responsabilidade pelo dizer. Não temos mais o efeito de espelhamento nas mesmas condições descritas anteriormente. O sujeito idealizado não vai às vilas, ao encontro daqueles que antes estavam excluídos das rememorações/comemorações do centenário. Ele agora está, na ordem do imaginário, na Prefeitura Municipal e ocupa um lugar social junto dele; também na ordem do imaginário pode estar o povo ou alguns que compõem a FD da rememoração/comemoração, que se inscrevem nela, mas poderiam estar dela excluídos, em razão das condições de produção de formulação e circulação do discurso, conforme sinalizamos anteriormente. O escritor representa/constitui-se no/

pelos cidadãos cruzaltenses e olha para a cidade do alto, chegou ao poder. Mas o centenário passou e junto às palavras do texto anterior há outros que com elas entram em relação, fazendo irromper o novo, sentidos outros.

A disposição das palavras não é a mesma. Não se trata mais do centenário, mas de “100 anos”, e abaixo desse enunciado que remete ao tempo pode-se ler “centenário de Erico Verissimo”. Poderíamos pensar/analisar/buscar os efeitos de sentidos das cores predominantes em um e em outro texto, mas olhemos só os enunciados-imagem, as palavras que estruturam os enunciados-verbais, as repetições, as rupturas e os deslizamentos.



Figura 3 - Portal da Prefeitura Municipal de Cruz Alta - 2006

As principais repetições materializam-se pelos enunciados-imagem (Erico Verissimo, assinatura, logomarca da cidade) e pelos enunciados verbais (“Administração 2005-2008”, e as palavras “tempo” e “vento”, as comparações escritor/obra/valores que as constituem). O interdiscurso, como memória, irrompe no eixo da formulação pelo funcionamento do discurso transversal, pelo qual a obra/escritor e o que representa para

os sujeitos da formação social, que o vê como um sujeito idealizado e com o qual se identificam, atravessa-se em forma de discursos, que significam antes em outro lugar e retornam, preenchendo os furos constitutivos do texto, pelos quais é possível repetir, mas também romper com a repetibilidade, instaurando o diferente.

O brasão da cidade (logomarca) neste texto não é o mesmo do anterior. Trata-se agora do brasão utilizado pela Administração Popular. Logo abaixo dele se pode ler “Reescrevendo a história”. A palavra “reinscrição” pode encaminhar para a reiteração, escrever novamente a mesma história ou para um novo olhar *sobre* o sujeito rememorado/comemorado e *sobre* os sentidos instaurados por/nele. Uma primeira razão para essa leitura está no lugar discursivo do sujeito *objeto do desejo* e *objeto a*, isto é, a causa do desejo e também a materialidade desse desejo ocupada na atualidade, ou seja, o lugar do poder, da administração, o lugar onde o povo, pelo menos em tese, teria direito e voz.

Outro diferença/ruptura: a cidade de Cruz Alta está quase tão destacada quanto o objeto de rememoração/comemoração. É como se agora, quando se “reescreve” a história, os dois objetos que antes se constituíam no mesmo eixo, pelo processo metafórico, estivessem juntos na ordem do real, colocados pelo trabalho da ideologia e pelas evidências constituídas por esse trabalho, colocados num mesmo eixo, instaurando igualdade/semelhança. Assim, os sujeitos-

cidadãos já podem se ver como “iguais ou semelhantes a”; o que parecia ser apenas um desejo, constitutivo/constituidor do sujeito desejante simula na leitura, por esse viés, uma realidade, talvez não alcançada, mas sempre desejada.

O brasão da Administração Popular é um enunciado-imagem que, pelo efeito do simbólico e pela memória, faz ressoar a história da nomeação/designação da cidade: a cruz colocada no ponto mais alto do espaço urbano e as três cores constitutivas do imaginário em torno da cidade: o amarelo, o vermelho e o branco. Elas atualizam pelo trabalho da memória a cultura e a economia do município. Pode-se ler em Venturini (2009) que essa mesma aproximação é recorrente e funciona no intradiscursos pelo efeito do discurso transversal como interdiscursos. Nessa memória, Erico Verissimo, enquanto *objeto do desejo* e *objeto a*, como o designamos e o lemos/interpretamos/compreendemos neste texto, e também no texto anterior, significa e é significado como *igual* ou *semelhante a*, de acordo com a inscrição e a filiação dos sujeitos a formações discursivas, que representam, de acordo com Pêcheux (1997), “um complexo com dominante”.

Buscando concluir...

O objetivo a que nos propusemos com os textos recortados foi sublinhar a importância dos fatores socioculturais e históricos (as condições de produção) na leitura discursiva, tendo em vista a filiação do sujeito à memória do dizer,

para ratificar o mesmo ou instituir o diferente em relação ao sentido, e também os procedimentos discursivos constitutivos das evidências de homogeneidade que sustentam esse discurso. Para ler o espaço urbano nessa perspectiva recortamos três textos: a placa colocada nos limites físicos da cidade e dois constituídos por palavras e enunciados-imagem que “parecem” ser os mesmos.

Diante disso, propusemo-nos identificar os procedimentos discursivos constitutivos do discurso de rememoração/comemoração e os mecanismos linguísticos pelos quais as palavras adquirem poder para significar o mesmo, saturando a memória ou o diferente, mostrando que os sentidos deslizam e se constituem pela não transparência. Destacamos que a leitura decorre da inscrição do sujeito a formações discursivas com as quais esse sujeito pode se identificar, se contrair identificar ou se desidentificar, projetando e reforçando a ilusão constitutiva do sujeito-locutor de ser “a origem do dizer”. Por causa dessa ilusão, pode-se esquecer de que as palavras não possuem “sentido”, mas significam de acordo com a filiação a formações discursivas, decorrentes do trabalho da ideologia, que se materializa na/pela língua na história, constituindo evidências de homogeneidade e de saturação tanto das FDs quanto do sentido dos textos.

No espaço que nos cabe referendamos o que já dissemos anteriormente: a subjetividade não subjetiva, com a qual trabalhamos, relaciona-se às palavras e ao seu poder na constituição do sentido

de textos e discursos pelo funcionamento do sujeito, enquanto tomada de posição em relação à forma-sujeito, a qual representa a interpelação dos sujeitos pela ideologia e o atravessamento pelo inconsciente. Além disso, os textos encaminham para determinados discursos, não para outros, pelas condições de produção de sua formulação e circulação, o que significa a inscrição não só das palavras a formações discursivas, mas também dos sujeitos-locutores, que no eixo da formulação respondem pelo que é dito, mas se submetem ao sujeito (interdiscurso).

Neste texto costuramos/pensamos/ relacionamos a subjetividade e o poder das palavras a um discurso *de* (rememoração) que funciona como memória na formulação de um discurso *sobre* (comemoração). No entanto, no intradiscurso não há delimitação/fronteira entre o que está na atualidade e o que retorna pelo funcionamento da memória, pois o interdiscurso irrompe, preenchendo ou instaurando “furos” que possibilitam a repetição ou a transformação/deslocamento dos sentidos e por esse funcionamento dar visibilidade, apagar ou constituir realidades. Por esse trabalho da memória juntamos a rememoração/comemoração e vimos essa possibilidade pelo funcionamento da memória discursiva, pela qual no eixo da formulação a memória (interdiscurso) e a atualidade constituem o sentido juntas. A possibilidade de comemorar, nesse funcionamento, pressupõe e reclama a rememoração, que seria o discurso *de*, enquanto me-

mória atualizada/visibilidade/apagada pelos *lugares de memória* e por *discursos fundadores*, que possibilitam a repetição, mas também as disjunções e deslocamentos.

Nos dois textos analisados vimos que os procedimentos discursivos da textualidade utilizados foram, especialmente, a definição do sujeito *o objeto do desejo* e também *objeto a*. E isso ocorre pela construção comparativa entre o escritor e os fenômenos “tempo” e “vento”, as quais fazem trabalhar, de um lado, domínios de memória presentes na obra do escritor (pelo discurso transversal), que vimos como a constituição da saga gaúcha pela família Terra-Cambará, mas também os valores constitutivos do povo que essa família representa; de outro lado, a religiosidade, na medida em que o vento e a terra são elementos bíblicos que sinalizam para a circularidade, a passagem do tempo e a impossibilidade de o homem mudar os desígnios representados por forças superiores.

Além dos domínios da literatura e da religiosidade, estão presentes os da formação social, sua história política e econômica, aliada à luta pelo poder político na cidade. Interpretamos por/nisso o deslocamento, a ruptura e a mudança em torno do imaginário urbano, que aos poucos vai constituindo o sujeito idealizado um outro lugar: o lugar da história. Isso ocorre pela língua, a qual significa nas/sob as palavras pela historicidade, pelos efeitos de sentido, pelas redes parafrásticas, que referendam o mesmo ou instauram o novo, conferindo

poder às palavras de acordo com o funcionamento/inscrição delas em formações discursivas, as quais incluem também as condições de produção.

*Reading of an urban space:
subjectivity and power of words*

Abstract

This text originates from a previous study in which we treated urban speech as discursive practice in the constitution of an urban imaginary context through the rememoration/commemoration notion of a name which articulates the constitutive desire of the subjects of that space to be equal or similar to. Our goal is to propose the reading of an urban space around the workings of non-subjective subjectivity and the power of words through three constitutive discursive materialities of urban speech in the city of Cruz Alta. Two selected discursivities aggregate images and words that repeat themselves and signal to the homogeneity of meanings through paraphrastic process, although the conditions of production and circulation of these texts are distinct. The third text sustains and legitimates the reading of the two selected texts which illustrate the rememoration/commemoration of the city around the one that is simultaneously the object of desire and the reason of such desire.

Key words: Rememoration/commemoration. Urban speech. Subjectivity. Reading.

Notas

- ¹ Enunciado-imagem possui uma estrutura interdiscursiva e se inscreve no intradiscurso pela repetição, que pelo efeito de memória estabelece relação entre enunciados, constituindo, assim, a textualidade.
- ² Cruz Alta é uma cidade do Rio Grande do Sul – Brasil, que possui cerca de oitenta mil habitantes. Nela nasceu, em 1905, Erico Veríssimo, que fez sucesso como escritor e teve destaque especialmente pela sucesso da trilogia *O tempo e o vento*, tido pelos críticos literários como romance histórico, na medida em que representa uma história sem ter compromisso com a verdade.
- ³ Luis Fernando Veríssimo é escritor brasileiro conhecido pelas crônicas humorísticas e pela criação de personagens cômicos, dentre os quais destacamos o analista de Bagé e Dorinha.

Referências

- DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- _____. *A cultura no plural*. Trad. de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1995.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Trad. de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Trad. de Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- LACAN, Jacques. *O seminário: livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Trad. de Marie Christine Lasnik et. al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: Les lieux de mémoire. *La République*, Paris: Gallimard, v. I, p. XV-XLII, 1984.

_____. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. Projeto História. Trad. de Yara Aun Khoury. São Paulo: PUC/SP, 1993.

ORLANDI, Eni Puccineli. *Terra à vista: discurso do confronto - velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Ed. da Unicamp, 1990.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica afirmação do óbvio*. Trad. de Eni Orlandi et al. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Trad. introd. de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

SATAROBINSKI, Jean. *As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure*. Trad. de Carlos Vogt. São Paulo: Perspectiva, 1974.

SCHERER, Amanda. Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: SARGENTIN, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise de discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.

VENTURINI, Maria Cleci. *Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração*. Passo Fundo - RS: Editora UPF, 2009.

VERISSIMO, Erico. *Solo de Clarineta I*. Porto Alegre: Globo, 1995.